



## **A processualidade histórica e dialética do movimento agroecológico brasileiro** *The historical and dialectical process of the Brazilian agroecological movement*

OGLIARI, Aline<sup>1</sup>; LUSA, Mailiz Garibotti<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Catarina, alineogliari@ufsc.br; <sup>2</sup> Universidade Federal de Santa Catarina, mailiz.lusa@ufsc.br

### **RESUMO EXPANDIDO**

#### **Eixo Temático: Construção do conhecimento agroecológico**

**Resumo:** No presente artigo, objetivou-se apreender a processualidade histórica e dialética do movimento agroecológico brasileiro, enquanto *práxis* agroecológica, com um recorte nos últimos 20 anos. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental, de fonte primária e com teor qualitativo. Utilizou-se a análise de conteúdo, com recorte temático, das cartas políticas finais dos quatro Encontros Nacionais de Agroecologia (2002, 2006, 2014 e 2018). Identificou-se, no discurso assumido, seu amadurecimento político e social, a construção de estratégias para promoção da Agroecologia, o enfrentamento da Questão Agrária e os seus efeitos sobre a sociedade brasileira. O pressuposto chave de todas as cartas é de que o Agronegócio deve ser superado. A Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional são assumidas como estratégia central nesse processo.

**Palavras-chave:** questão agrária; luta de classes; movimento social; agroecologia.

#### **Introdução**

A Agroecologia é um produto da luta de classes no campo, intensificada pela Revolução Verde, bem como *práxis* que congrega movimentos sociais contra hegemônicos, que produz contra narrativas e experiências de resistência camponesa, de povos e comunidades tradicionais. Ela se coloca no enfrentamento para a resolução da questão agrária no Brasil e, por consequência, das expressões da questão social, como a fome.

Nos estudos sobre a questão agrária, é fundamental considerar a questão da posse, da propriedade, do uso e da utilização das terras, os impactos sociais que a concentração fundiária tem no desenvolvimento das forças produtivas e a sua influência sobre o poder político. Conforme Linhares e Silva (2021, p. 32), a história e constituição da questão agrária deve ser entendida como o “[...] conflito em torno da extensão plena da cidadania – política e social – aos homens e mulheres que trabalham no campo”. Os autores lembram que, assim como a estrutura fundiária reflete a estrutura social de um país, a divisão da terra se torna a expressão física das divisões sociais existentes, onde quanto mais a terra estiver concentrada, mais a riqueza socialmente produzida também estará concentrada (p. 88).

A relação dialética dessa luta de classes no Brasil, sob o capitalismo dependente, possibilitou a produção de um conhecimento agroecológico crítico, político e que se posiciona de maneira sustentada na correlação de forças postas na sociedade. Este conhecimento se expressa nos Encontros Nacionais de Agroecologia (ENAs), onde



forças sociais, políticas, científicas e populares, do campo e da cidade se aglutinam. Tais encontros contribuem para a organização da Agroecologia enquanto *práxis* social sólida, orgânica e capilarizada, articuladas por meio de redes.

Os encontros são momentos de culminância de processos preparatórios, desde as bases, e partem das experiências agroecológicas locais com os sujeitos que produzem conhecimentos agroecológicos, a partir de saberes tradicionais. A relação complementar destes com os conhecimentos científicos, permite um processo de amadurecimento crítico do próprio conhecimento em si. Considera-se que, por meio dessas cartas, a construção e o amadurecimento de tais conhecimentos podem ser visualizadas. Por essa reflexão, objetiva-se apreender a processualidade histórica e dialética do movimento agroecológico brasileiro, com um recorte nos últimos 20 anos, a partir da análise de conteúdo das cartas políticas finais dos quatro ENAs.

### **Metodologia**

A metodologia desenvolvida na pesquisa foi a pesquisa documental, de fonte primária e teor qualitativo. A análise de conteúdo, com recorte temático, foi realizada utilizando as cartas políticas finais dos quatro Encontros Nacionais de Agroecologia (ENA), realizados no Brasil em 2002, 2006, 2014 e 2018 (I ENA, 2002; II ENA, 2006; III ENA, 2014; IV ENA, 2018), os últimos três promovidos pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), cuja criação foi deliberada no primeiro encontro. A análise foi realizada em duas perspectivas: a primeira, procurou identificar e analisar temas comuns e transversais que aparecem nas quatro cartas; e a segunda perspectiva, procurou identificar e analisar pontos específicos em cada carta e que permitem ser compreendidos a partir do contexto e da conjuntura histórica das escritas.

### **Resultados e Discussão**

A análise considerou a complexidade e as contradições inerentes à sociedade capitalista e às relações sociais que ali se desenvolvem. O I ENA foi realizado em 2002, no Rio de Janeiro/RJ; o II ENA foi realizado em 2006, em Recife/PE; o III ENA ocorreu em 2014, em Juazeiro/BA; o IV ENA aconteceu em 2018, em Belo Horizonte/MG. Os dois primeiros não tiveram um tema definido, já o tema do III ENA foi “Cuidar da terra, alimentar a saúde, cultivar o futuro” e do IV ENA foi “Agroecologia e democracia: unindo campo e cidade”.

De forma geral, as quatro cartas possuem temas transversais, como diagnóstico conjuntural da realidade; a problematização das dimensões da reprodução e atualização da questão agrária; a contraposição posta pela agroecologia ao modelo hegemônico de desenvolvimento do campo, por meio dos seus eixos de atuação; e ações de fortalecimento e articulação do movimento agroecológico no Brasil. Ao mesmo tempo que as cartas denunciam os problemas estruturais de cada momento histórico, elas também anunciam saídas possíveis, com pontos estratégicos para a resolução da questão agrária e para o avanço de um projeto de Brasil agroecológico. Para que essas saídas sejam possíveis, todas elas são enfáticas em



afirmar que o pressuposto básico é de que o agronegócio, modelo hegemônico de agricultura, deve ser superado.

Esse modelo hegemônico predatório é herança da histórica dominação escravagista e colonial das elites agrárias. Sobre esse ponto histórico, Gorender (2016) trabalha com o conceito de escravismo colonial como o modo de produção base para a sociedade que se instalava no Brasil-colônia a partir do sistema de *plantation*; e que tem na escravidão, na monocultura e no latifúndio os elementos que se entrelaçam para o sustentar. Superar o agronegócio significa também superar esses elementos ainda presentes e atualizados no cotidiano.

As cartas ainda denunciam a mineração e as grandes obras de infraestrutura, que geram muitos conflitos socioterritoriais e impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos; e afirmam que a disputa pela terra está na base das crises ambiental, energética e alimentar, pois sua concentração e exploração é um pilar fundamental na sustentação do grande capital. Ademais, elas denunciam a promoção, a omissão e a convivência do Estado na reprodução desse modelo hegemônico violento e autoritário; e, em vários pontos, cobram do Estado a sua dívida histórica para com a agricultura familiar e camponesa e com povos tradicionais.

Desde o I ENA, as cartas apontaram que a transição agroecológica seria longa, pois o confronto direto e estrutural seria com o modelo hegemônico de 500 anos. Para que a transição pudesse ocorrer e a agroecologia vir a se concretizar, os ENAs indicaram a necessidade de superar a desigualdade de acesso aos recursos naturais, às políticas públicas, ao orçamento público e subsídios, e à representação política, ambas sustentadas com controle social, participação dos sujeitos envolvidos e gestão participativa; e como primeiro passo para reparação dessa dívida histórica, as cartas demandaram a necessidade de realizar a demarcação de terras indígenas, quilombolas e de outros tantos povos, e uma Reforma Agrária ampla, popular, pautada pelos movimentos sociais do campo.

As cartas apontam também que a reparação pelo Estado deve passar pela (re)formulação de legislações compatíveis com a realidade social das famílias agricultoras, e pela organização de novas formas de mercado para a comercialização direta da produção agroecológica, a preços justos, na contraposição ao modelo de mercado socialmente excludente representado pelas corporações agroalimentares. Em complemento, reivindicam que a compra da produção agroecológica seja a opção principal e prioritária do mercado institucional público, para destinação dos alimentos às políticas de assistência social, saúde, educação, de abastecimento interno, e outras.

Identifica-se nas cartas que o movimento agroecológico tem consciência de que é importante aproximar-se e construir alianças amplas com toda a sociedade, com os espaços urbanos, e junto de outros tantos movimentos sociais, sindicais, de trabalhadores/as que não estejam, necessariamente, vinculados à luta do campo.



Além disso, outros pontos comuns abordados estão em torno da dimensão de ensino, pesquisa e extensão, especialmente a assistência técnica e extensão rural (Ater), no reconhecimento e na valorização do conhecimento produzido nos territórios e tradições culturais, sendo os camponeses e camponesas os principais sujeitos e interessados na produção e apropriação dos saberes, técnicas e tecnologias desenvolvidas a partir de suas realidades.

As plantas medicinais, o saber em torno delas e a proteção das sementes crioulas, plantas e animais são explicitamente defendidos. A questão de gênero é transversal nos temas tratados pelas cartas; e, como forma de próprio fortalecimento, nas cartas se reafirma a importância de se articular em redes, e ressalta o papel fundamental da ANA. A dimensão da segurança alimentar e nutricional ocupa um lugar fundamental no movimento agroecológico e transparece de forma muito mais elaborada a partir da carta do II ENA: ela não está em um campo discursivo retórico; mas colocada como uma estratégia central que mobiliza iniciativas e converge intencionalidades e interesses.

As cartas também refletem os contextos históricos em que os encontros aconteceram. A quadra histórica analisada é a mesma que acompanhou o ciclo dos governos progressistas na América Latina e, no caso, o brasileiro, o rompimento democrático e a ascensão do ultraconservadorismo fascista. O I ENA aconteceu às vésperas da eleição que elegeu o presidente Luís Inácio Lula da Silva pela primeira vez. A carta política traz elementos da expectativa posta no cenário político progressista do país e parte significativa de sua abordagem faz um diagnóstico da realidade agrária e da questão ambiental; joga luzes sobre caminhos necessários de serem percorridos para a transição agroecológica e de modelo agrário, na construção de mercados alternativos, com a destinação de recursos públicos para que as famílias camponesas possam ampliar e diversificar a produção, melhorar suas condições de vida e atender procura crescente por alimentos agroecológicos. No I ENA, o desenvolvimento rural sustentável é colocado como estratégia para implantação de um projeto global transformador.

Já no II ENA, quatro anos após o primeiro e novamente às vésperas de eleições, a soberania e segurança alimentar e nutricional são assumidas como chave estratégica que articula inúmeras iniciativas. A carta pontua mais sobre elas e sobre os importantes avanços tidos, ainda que limitados, em matéria de políticas públicas. Analisa a ampliação da articulação agroecológica pelo país, reafirmando ser um campo de disputa posto na sociedade e que contraria os privilégios da elite econômica amparada pelo Estado. Se denuncia o amplo apoio estatal dado ao agronegócio e o lastro de impactos sociais, ambientais e culturais resultantes do avanço de grandes projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Se antes havia muitas expectativas sobre mudanças, aqui já se transparecem as constatações de que, estrutura e contraditoriamente, o governo dito popular não havia rompido com a velha política e o sistema de exploração, muito embora pautas e políticas sociais importantíssimas tenham avançado de forma significativa. Se incorpora a discussão da democratização dos meios de comunicação e, com a





liberação do uso de sementes transgênicas, se passa a exigir a demarcação de zonas livres de transgênicos como forma de proteção de territórios e biodiversidade.

A carta política do III ENA, em 2014, foi a mais densa em conteúdo, diagnóstico sobre a questão agrária e a perspectiva do movimento agroecológico. O interesse pela agroecologia havia crescido de forma considerável na sociedade, enquanto o Estado sob governos progressistas, não havia avançado em resolver a questão agrária. Os conflitos socioterritoriais e socioambientais também haviam crescido, e as grandes obras do PAC2 seguiam sendo respostas aos interesses do capital.

Dois anos após o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, e alguns meses antes da eleição de Jair Messias Bolsonaro, a carta política do IV ENA, de 2018, manteve a denúncia firme e grave acerca do autoritarismo do latifúndio, dos monocultivos, da mineração, das obras hidrelétricas e todos os projetos do grande capital, impulsionados pelo Estado e pelo poder político que promoveu o golpe. Denuncia o recrudescimento da violência no campo e os ataques sistemáticos contra direitos e políticas públicas conquistadas desde a Constituição Federal de 1988, um desmonte neoliberal contra o Estado Democrático de Direito e contra todas as diversidades, pluralidades e expressões democráticas. Porém, o teor da carta está colocado na intenção de celebrar as lutas e as conquistas, e renovar a esperança, com um balanço com um tom muito mais otimista sobre o quanto e o que o movimento agroecológico conquistou em suas pautas e demandas. Nisso, houve um impulso importante dado por políticas públicas inéditas na história brasileira, como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, mas também a aprovação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, e que provocaram avanços consideráveis e incontestáveis, como a saída do Brasil do Mapa da Fome, segundo a Organização das Nações Unidas. Como último elemento dessa análise, o processo de preparação para o encontro atualizou a identidade do movimento em relação a valores, princípios e práticas que convergem em uma mesma direção: Democracia e Bem Viver. Outras pautas e dimensões foram incorporadas transversalmente e com relevância: feminismo, questão racial, LGBTfobia, comunicação, agricultura urbana e juventude.

O movimento agroecológico assume uma posição politicamente consciente, crítica e muito estratégica ao enfatizar a questão da segurança alimentar e nutricional. Esta questão é chave central para o desenvolvimento da agroecologia e para a garantia do acesso pela população aos alimentos saudáveis em quantidade e qualidade suficientes, com respeito às culturas, às culinárias locais e aos hábitos alimentares, como apregoado pelo Artigo 3º Lei nº 11.346/2006, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Por trás desta posição, existe um conjunto de ações mobilizadoras que desencadeiam processos consistentes de transformação das condições de vida de todos os sujeitos envolvidos e de seus territórios. Essas ações centram esforços para fortalecer os processos locais e alternativas à produção e, com isto, projetam no horizonte a superação do agronegócio e do capitalismo.



## Conclusões

Apesar da opção pelo recorte temático, a análise de conteúdo permitiu a compreensão estrutural e de totalidade produzidas e publicizadas nas cartas dos quatro ENAs. Conclui-se que as cartas políticas adotaram narrativas amplas e reflexivas com compreensões e respostas às conjunturas políticas, sociais e econômicas dos períodos em que os encontros foram realizados. As cartas também apresentaram elementos que constituem uma identidade social plural da agroecologia, com coesão e construída a partir da mobilização de experiências locais que se desenvolveram em torno de propósitos comuns amplos e estruturantes; e refletiram os contextos históricos de enfrentamentos e lutas camponesas em articulação com as lutas sociais urbanas.

## Referências bibliográficas

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Carta Política do II ENA** – Encontro nacional de Agroecologia. Articulação Nacional de Agroecologia. Disponível em: < <https://enagroecologia.org.br/download/carta-politica-do-ii-ena/> >. Acesso em: 09 de ago. 2023.

\_\_\_\_\_. **Carta política do III ENA**. Articulação Nacional de Agroecologia. Disponível em: <<https://enagroecologia.org.br/download/carta-politica-iii-ena/>>. Acesso em: 09 de ago. 2023.

\_\_\_\_\_. **Carta política do IV ENA**. Articulação Nacional de Agroecologia. Disponível em: <[https://enagroecologia.org.br/wp-content/uploads/2019/03/carta\\_politica\\_web.pdf](https://enagroecologia.org.br/wp-content/uploads/2019/03/carta_politica_web.pdf)>. Acesso em: 09 de ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.346**, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm)>. Acesso em 10 de ago. 2023.

ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Encontro nacional de agroecologia: anais**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2003. Disponível em: <<https://enagroecologia.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Digitalizacao-Livro-ANAI-S-ENA-2002.pdf>>. Acesso em: 09 de ago. 2023.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6 ed., São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2016.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra Prometida: uma história da Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.